Thamires Karen Mariano Ferreira

**O Dano Ambiental e a Relação Jurídica Com a Sociedade
Empresária
Responsabilidade e forma de execução.**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito de
Empresas da PUC-Rio como requisito para obtenção do título de
Especialista.

Professora Orientadora: Caitlin Sampaio Mulholland

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2019

Agradecimento

Primeiramente, destino este agradecimento a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos que sempre estive ao meu lado mantendo-me de cabeça erguida.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Resumo

O trabalho desenvolvido tem o escopo de elucidar a responsabilidade civil da sociedade empresária quando há cometimento de dano ambiental, apontando a diferença entre diversas teorias de responsabilização e a aplicação majoritária pelo sistema jurídico pátrio na execução do agente poluidor.

Também será demonstrado ao longo, questões relativas a solidariedade entre empresas parceiras na reparação do ato ilícito (dano ambiental) e a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica para satisfação da obrigação através dos sócios quando a sociedade empresária não possuir meios para adimplemento.

A intenção, além dos pontos comentados, é demonstrar através do estudo reunido que o meio ambiente sempre estará acima de qualquer empresa e será prioridade sua reparação imediata.

Palavras-chave: Dano ambiental. Responsabilização da empresa. Desconsideração da personalidade jurídica. Solidariedade.

Sumário

Introdução	5
 1. Da responsabilidade civil	7
1.1 Conceito e elementos	7
 2. Classificação da responsabilidade (subjetiva x objetiva).....	10
 3. Elementos da responsabilidade civil objetiva	12
3.1 Conduta do agente.....	12
3.2 O dano	13
3.3 Nexo de causalidade	14
 4. Meio ambiente e sociedade de risco	16
 5. Teoria do risco integral x risco criado	19
5.1 A teoria do risco integral	19
5.2 A teoria do risco criado	21
5.2.1 Excludente de ilicitude	22
5.3 Do posicionamento dominante	23
 6. Da solidariedade	26
 7. Da desconsideração da personalidade jurídica	30
7.1 Teoria maior e teoria menor	31
7.2 Desconsideração no direito ambiental	34
 Conclusão	36
 Bibliografia.....	38

Introdução

Nos últimos anos a degradação ao meio ambiente tornou-se uma matéria de amplo destaque nos debates políticos e nas redes sociais. Muito se tem falado, sobre o desenvolvimento sustentável, aquecimento global, produção de lixo em grande escala, medidas de conscientização da população, crédito de carbono entre outros.

Contudo, foram formuladas ações pouco concretas e medidas superficiais para combaterem efetivamente aqueles que realmente causam grande parte da degradação.

O problema da degradação ambiental é muito mais amplo e passa longe do homem médio, não que este haja de forma correta com o ecossistema, mas suas atitudes são ínfimas diante das grandes empresas, as verdadeiras vilãs.

As empresas no anseio de aumentar seu patrimônio não pensam nas consequências e desastres causados ao meio ambiente, com a produção em larga escala e pouca tecnologia o ambiente acaba sendo o maior prejudicado por conta do desenvolvimento.

O século XX, sem dúvida, foi o maior período de devastação ambiental sem qualquer tipo de culpa pelas empresas devido o fomento da Revolução Industrial e a corrida do desenvolvimento, somente em meados do século que a preocupação com o meio ambiente tornou-se, timidamente, um pensamento de preservação para as futuras gerações, mas é no final do século o discurso ganha força e medidas começam a surgir.

Acontece que até hoje não conseguimos expandir as medidas socioambientais na mesma velocidade que a degradação do planeta.

Todo o processo de industrialização, seja por empresa de pequeno, médio e grande porte, de uma forma ou de outra, representam um risco ao meio ambiente, e é por causa desse risco que a responsabilidade, seja ela, civil, penal e administrativa, deverá ser aplicada de forma integral e efetiva.

As leis ambientais devem ser rigorosamente cumpridas por todos aqueles que contribuíram, de uma maneira ou outra, para a conclusão da atividade e o prejuízo, assim como não deverá existir barreiras para reparação do meio ambiente.

Os sócios e administradores, se escondem atrás das empresas acreditando que determinados tipos societários os livrarão de responsabilidade por eventual medida de prejuízo ao meio ambiente em proveito da sociedade.

Todavia, o dano ambiental sempre estará a frente de qualquer empresa e será reparado de forma efetiva, existindo ou não barreira legal de limitação a figura do sócio e administrador.

O que se observa é que somente a responsabilização factual forçará as empresas evitar os danos, investindo em tecnologias e ações concretas de preservação e segurança do ambiente.

Desta forma, o presente estudo visa analisar a responsabilidade socioambiental da empresa e as consequências jurídicas que eventual ato ilícito (dano ambiental) possa causar a mesma, dentro do nosso ordenamento pátrio.

1. Responsabilidade civil

1.1 Conceito e elementos

Tendo como objeto de discussão as questões relativas a responsabilidade pelo dano ambiental, cumpre, antes de mais nada, adentrar ao mérito da teoria responsabilidade civil e ressaltar os aspectos relevantes sobre este importante ramo do Direito.

A responsabilidade civil tem por definição, em breves palavras, o dever de reparação. Isto ocorre quando determinada pessoa causa a outrem prejuízo no âmbito jurídico como consequência da prática de atos ilícitos.

A responsabilidade pelos atos praticados é fato que nos cerca desde o início da civilização. Em qualquer atividade realizada pelo homem, surge a necessidade de responsabilizá-lo pela prática de atos incompatíveis com o dever, seja no exercício de uma mera atividade de consciência (responsabilidade moral), seja atuando frente ao Estado a que pertence (responsabilidade política).

Já dizia José de Aguiar Dias¹:

“que toda manifestação da atividade humana traz em si o problema da responsabilidade. Mas quando o homem se relaciona cotidianamente com outras pessoas, afastando-se das normas prescritas pelo ordenamento jurídico, conclui-se que ele está diante da responsabilidade jurídica. Como o presente trabalho se insere no contexto jurídico, é dessa responsabilidade jurídica que iremos tratar”.

Outrossim, é importante evidenciar que a responsabilidade civil é totalmente divergente da criminal, contudo no presente estudo somente **estudaremos a responsabilidade pela ordem civil**, decaídos os questionamentos a respeito da existência do fato ou sobre a autoria em juízo criminal, o mesmo caso não pode ser objeto de análise em juízo civil.

Nas palavras de Rui Stoco:

¹ DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v. 1

“A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim *respondere*, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana”².

Idêntico entendimento encontraremos nos ensinamentos de Sergio Cavalieri Filho:

“Em seu sentido etimológico e também no sentido jurídico, a responsabilidade civil está atrelada a ideia de contraprestação, encargo e obrigação. Entretanto é importante distinguir a obrigação da responsabilidade. A obrigação é sempre um dever jurídico originário; responsabilidade é um dever jurídico sucessivo consequente à violação do primeiro.”³

A responsabilidade civil pode ser classificada em diversas espécies, de acordo com a perspectiva considerada. Nesse sentido, podemos considerar seu fato gerador, a responsabilidade pode ser contratual ou extracontratual, ou já em relação ao seu fundamento, **a responsabilidade pode ser subjetiva ou objetiva, o que nos interessa mais para o decorrer desta discussão.**

O art. 927 do Código Civil abre o título que fala da responsabilidade civil, determinando que *“aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”*.⁴

Assim, pela análise do artigo, podemos estabelecer dois dos elementos essenciais, quais sejam, violação de um dever jurídico e o dano. Nesse ínterim, não há como imaginar a responsabilização civil de um indivíduo que, mesmo cometendo o ato ilícito, não tenha causado o dano (prejuízo).

Em que pese a ocorrência do ato ilícito o dano está atrelado para existência da responsabilização.

Em matéria ambiental, o Ministro Luís Felipe Salomão disse: *“o dano material somente é indenizável mediante prova efetiva de sua ocorrência, não*

² STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed.. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 114.

³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 9 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010, p. 3.

⁴ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

havendo falar em indenização por lucros cessantes dissociada do dano efetivamente demonstrado nos autos”⁵.

A demanda tinha tema uma indenização por danos ambientais, razão pela qual é possível inferir que resultou afastada em nosso Direito a possibilidade de uma responsabilização civil **sem danos** também nessa ocasião.

Além dos importantes requisitos mencionados acima, se faz necessário a existência do nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano experimentado pela vítima para a devida responsabilização. É necessário evidenciar que aquela ação ou omissão ocasionou dano.

Tecido breves linhas sobre os principais fundamentos norteadores da responsabilidade civil, podemos concluir que são necessários os elementos para apontar a responsabilidade do agente: o ato ilícito, nexo causal e o dano.

⁵ RECURSO ESPECIAL 1354536/SE, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgamento 26/03/2014. Dje 05/05/2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201202466478&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 16 de novembro de 2018

2. Classificação da responsabilidade (subjativa x objetiva)

A classificação fundamental para o trabalho que aqui pretendemos elaborar é a que divide responsabilidade civil em subjativa e objetiva.

Desta forma, se tratando da **teoria subjativa** temos como elemento base, em regra, a necessidade de culpa para caracterização da responsabilidade civil. Em nosso Código Civil, podemos compreendê-la pela simples leitura do art. 186:

“186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente”⁶

Nas lições de Sérgio Cavalieri Filho, citado por Tartuce, a culpa é caracterizada por três elementos: “a) a conduta voluntária, com resultado involuntário; b) a previsão ou previsibilidade; e c) a falta de cuidado, cautela, diligência e atenção”.⁷

Assim: “conclui-se que enquanto no dolo o agente pratica o ato na intencionalidade de alcançar determinado resultado, isto é, a pessoa deseja a conduta e o resultado; na culpa quer a conduta, porém, não deseja o resultado”⁸.

A responsabilidade subjativa é sustentada pela Teoria da Culpa. Carlos Roberto Gonçalves anota que tal espécie de responsabilidade hasteia o seguinte posicionamento⁹:

“Diz-se, pois, ser ‘subjativa’ a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Nessa concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa”¹⁰.

⁶ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em 13 de novembro de 2018.

⁷ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011

⁸ <https://jus.com.br/artigos/64351/responsabilidade-civil-subjetiva-e-responsabilidade-civil-objetiva> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

⁹ <https://jus.com.br/artigos/62363/responsabilidade-civil-subjetiva-e-responsabilidade-civil-objetiva> Acesso em 29 de janeiro de 2019.

¹⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p.48

Assim o dever de indenizar surge com a comprovação de culpa do agente causador do dano, seja por dolo ou culpa. Diferente da teoria objetiva, a qual para sua caracterização basta que haja o dano e o nexo de causalidade, sendo irrelevante a conduta culposa ou não do agente causador.

Portanto, podemos compreender que para a responsabilidade subjetiva é necessária a comprovação de quatro pressupostos caracterizadores, quais sejam: ação ou omissão; dano; nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano; dolo ou culpa do causador do dano. Já para a responsabilidade objetiva só é necessário comprovar a ação ou omissão, o dano e o nexo de causalidade.

O caput do art. 927 do Código Civil esclarece as características para existência da responsabilidade civil subjetiva como regra.

Contudo, o parágrafo único do citado artigo, aduz: *“Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”*¹¹

Nesse contexto, podemos observar a existência explícita da responsabilidade civil objetiva, além dos outros casos descritos em Lei. A responsabilidade civil objetiva é a responsabilidade sem culpa, o cerne dessa questão é o dano e não a conduta ou comportamento do agente.

Para efeitos de esclarecimento dos fundamentos da teoria da responsabilidade objetiva, deve-se citar o ensinamento de Sílvio Rodrigues:

*“Na responsabilidade objetiva a atitude culposa ou dolosa do agente causador do dano é de menor relevância, pois, desde que exista relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato do agente, surge o dever de indenizar, quer tenha este último agido ou não culposamente”*¹²

Desta forma, para o objetivo desse estudo devemos focar na teoria objetiva, já que o cerne da questão não é conduta do agente, pessoa jurídica, mas o risco de sua atividade e a ocorrência de dano em desfavor do meio ambiente.

Como já observados, este tipo de responsabilidade independe da existência de culpa ou dolo, tão somente da existência de nexo causal e o dano.

¹¹ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

3. Elementos da Responsabilidade Civil Objetiva.

3.1 Conduta do agente.

No entendimento de Maria Helena Diniz a conduta humana é:

“A ação, elemento constitutivo da responsabilidade, vem a ser o ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado.”¹³

Assim, podemos entender que o ato humano será a ação qualificadora da conduta do agente. Se houve culpa, a responsabilidade corresponderá a forma subjetiva, por outro lado, se o agente quis assumir o risco, será enquadrado na modalidade dolosa.

Portanto, é a conduta humana, o desejo, o ato, a vontade, a ação planejada ou não, a imprudência, a negligência e outros, que definirá a responsabilidade civil do agente.

“Sendo assim, podemos compreender como conduta o comportamento humano voluntário, que se exterioriza através de uma ação ou omissão, produzindo consequências jurídicas. Desta forma, temos que a responsabilidade decorrente do ato ilícito se baseia no conceito de culpa, por outro lado a responsabilidade sem culpa tem como fundamento o risco. O ato de vontade, em sede de responsabilidade civil, deve ser contrário ao ordenamento jurídico. É importante ressaltar que voluntariedade significa pura e simplesmente o discernimento, a consciência da ação, e não a consciência de causar um resultado danoso sendo este o conceito de dolo.”¹⁴

¹³ DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. VII, p.43.

¹⁴ http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875
Acesso em 29 de janeiro de 2019.

3.2 O dano

Como já comentado anteriormente, a ocorrência do dano é requisito fundamental para caracterização da responsabilidade civil. Desta forma, não seria crível almejar uma determinada reparação sem que existisse o dano.

Conforme o ensinamento de Sergio Cavalieri Filho:

“O ato ilícito nunca será aquilo que os penalistas chamam de crime de mera conduta; será sempre um delito material, com resultado de dano. Sem dano pode haver responsabilidade penal, mas não há responsabilidade civil. Indenização sem dano importaria enriquecimento ilícito; enriquecimento sem causa para quem a recebesse e pena para quem a pagasse, porquanto o objetivo da indenização, sabemos todos, é reparar o prejuízo sofrido pela vítima, reintegrá-la ao estado em que se encontrava antes da prática do ato ilícito. E, se a vítima não sofreu nenhum prejuízo, a toda evidência, não haverá o que ressarcir. Daí a afirmação, comum a praticamente todos os autores, de que o dano é não somente o fato constitutivo mas, também, determinante do dever de indenizar”¹⁵

Na abalizada explicação de Rui Stoco:

“O dano é, pois, elemento essencial e indispensável à responsabilização do agente, seja essa obrigação originada de ato ilícito ou de inadimplemento contratual, independente, ainda, de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva”¹⁶

Logo: *“Para que o dano seja indenizável é necessária à existência de alguns requisitos. Primeiramente é preciso que haja a violação de um interesse jurídico patrimonial ou extrapatrimonial de uma pessoa física ou jurídica.”*¹⁷

O dano patrimonial, em síntese, é conhecido como aquele que causa destruição ou diminuição do patrimônio alheio. Já o dano extrapatrimonial, popularmente conhecido como dano moral, está relacionado por ofensa à honra do indivíduo. Mesmo se tratando de pessoa jurídica, é possível caracterizar o dano

¹⁵ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 9. ed.. São Paulo: Atlas, 2010, p.71

¹⁶ STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 128.

¹⁷ http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875

Acesso em 29 de janeiro de 2019.

extrapatrimonial, todavia, se faz necessário a demonstração inequívoca do prejuízo, não podendo ser admitido apenas no campo hipotético.

Com o intuito de exemplificar, os bens extrapatrimoniais são aqueles inerentes aos direitos da personalidade, quais sejam, direito a vida a integridade moral, física ou psíquica. Por essa espécie de bem possuir valor imensurável, é difícil valorar a sua reparação.

O dano patrimonial subdivide-se em danos emergentes e lucros cessantes.

O Código Civil Brasileiro estabelece no artigo art. 402: “*Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.*”¹⁸

O dano emergente corresponde ao prejuízo suportado pela vítima (o que efetivamente perdeu), é o dano imediato, fácil de mensurar a indenização.

Já o lucro cessante equivale aquilo que a vítima deixou de lucrar em função do dano, em outras palavras, lucro frustrado, já que consiste daquilo que era razoavelmente esperado se auferir. Contudo, para consagração da indenização se faz necessária comprovação inequívoca do futuro lucro. O lucro meramente hipotético não será levado em consideração.

“a) sofrendo efetiva diminuição (dano positivo ou *damnum emergens*); ou b) privando-o de valores que seriam”¹⁹

3.3 Nexo de causalidade

Dentre os elementos comentados, para responsabilidade objetiva, o nexo causal é o requisito essencial para configuração do dever de indenização. Portanto, é imprescindível que o dano tenha sido causado pela conduta ilícita do agente e que exista entre ambos uma necessária relação de causa e efeito.

¹⁸ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

¹⁹ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Responsabilidade Civil: Descumprimento do contrato e Dano Patrimonial. Curitiba: Juruá, 1996, p. 33

Em palavras breves, o nexo de causalidade é a relação de causa e efeito entre a conduta praticada e o resultado.

Diversas teorias surgiram para tentar explicar o nexo de causalidade, dentre essas teorias é importante citar as três principais, quais sejam: da *causalidade adequada*²⁰; *teoria dos danos diretos e imediatos*²¹ e a *teoria da equivalência dos antecedentes*²².

Existe certa divergência doutrinária acerca da teoria adotada pelo Código Civil Brasileiro de 2002. Todavia, grande parte da doutrina, defendem que a teoria adotada pelo Código Civil Brasileiro é a teoria da causalidade direta ou imediata, assim como a jurisprudência.

Os defensores dessa teoria se amparam no artigo 403 do Código Civil, que estabelece: “*Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo no disposto na lei processual.*”²³

O termo inexecução é próprio da responsabilidade contratual, contudo, o entendimento que está sendo consolidado no sentido de que também se aplica a responsabilidade extracontratual (o dano moral, popularmente conhecido).

Diante de tal discussão doutrinária calha citar as doudas palavras de Rui Stoco:

“Enfim, independente da teoria que se adote, como a questão só se apresenta ao juiz, caberá a este, na análise do caso concreto, sopesar as provas, interpretá-las como conjunto e estabelecer se houve violação do direito alheio, cujo resultado seja danoso, e se existe um nexo causal entre esse comportamento do agente e o dano verificado”²⁴

²⁰ *Teoria da causalidade adequada*: Considera como causa do resultado os fatos antecedentes que contribuíram para gerar o evento. Isto é, quando várias condições concorrerem para a ocorrência de um mesmo resultado, a causa será a condição mais determinante para a produção do efeito danoso, desconsiderando-se as demais.

²¹ *Teoria dos danos diretos e imediatos*: Esta teoria também é conhecida como interrupção do nexo causal, cujo pode ser classificada com apenas o antecedente fático, que ligado por um vínculo de necessidade ao resultado danoso, determinasse uma consequência, direta ou imediata

²² *Teoria da equivalência dos antecedentes*: Admite como causa toda e qualquer circunstância para produção do dano, regressão infinita. Sem a existência de cada fato, por menor que seja, o resultado não teria ocorrido.

²³ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

²⁴ STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 152.

4. Meio ambiente e sociedade de risco

Conforme já dissertado ao longo deste trabalho, a responsabilidade civil impõe a obrigação do agente reparar dano causado a outrem, seja por uma ação ou omissão.

Em matéria ambiental a responsabilidade observa alguns critérios que a diferenciam de outros ramos do Direito. De acordo com o artigo 225 §3º da Constituição Federal é possível concluir que a responsabilidade pelos danos ambientais ocorre de forma objetiva, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (...)

§3º As condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar o dano causado”²⁵.

Mantendo o mesmo entendimento, o artigo 14 §1º da Lei 6.938/81 adotou a teoria objetiva da responsabilidade civil, a qual passa expor:

“Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: (...)

§1º Sem obstar a aplicação das penalidades neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência da culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”²⁶.

A proteção ao meio ambiente ganhou destaque devido a Revolução Industrial em meados do século XX, cujo as forças produtivas decorrentes desse

²⁵ BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

²⁶ BRASIL, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

processo de industrialização proporcionaram grande desempenho e potencialidade a atividade exercida pelo homem.

O desenvolvimento econômico e tecnológico acelerado e sem qualquer preocupação com os fatores externos, conduziu o ser humano num caminho sem volta, com uma gigantesca probabilidade de colocar a sociedade em risco.

O grande cerne da questão é a velocidade da produção *versos* a quantidade de resíduos despejados no meio ambiente, sem existir conhecimento científico necessário para neutralizar os efeitos na mesma velocidade.

Nesse sentido, explica Ulrich Beck:

“(...) enquanto na sociedade industrial a “lógica” da produção de riqueza domina a “lógica” da produção de riscos, na sociedade de risco essa relação se inverte. Na reflexividade dos processos de modernização, as forças produtivas perdem a sua inocência. O acúmulo de poder do “progresso” tecnológico-econômico é cada vez mais ofuscado pela produção de riscos. Estes somente se deixam legitimar como “efeitos colaterais latentes” num estágio inicial. Com sua universalização, escrutínio público e investigação (anticientífica), eles depõe o véu da latência e assumem um significado novo e decisivo nos debates sociais e políticos. Essa “lógica” da produção e distribuição de riscos será desenvolvida em comparação com a “lógica” da distribuição de riquezas (que até então definia o pensamento sócio-teórico). No centro da questão estão os riscos e efeitos da modernização, que se precipitam sob a forma de ameaças à vida de plantas, animais e seres humanos.”²⁷

Fernando Augusto Sales, destaca:

“A sociedade de risco é produto da evolução do modelo econômico surgido com a Revolução Industrial, baseado no capitalismo e no livre mercado, onde o incremento das técnicas de produção aumenta consideravelmente o perigo para a sociedade. A produção de riqueza é inexoravelmente acompanhada por um risco social. Podemos lembrar, entre outras, das tragédias de Bophal e Chernobil”²⁸

Para Jacques Demajorovic:

“O processo de industrialização é indissociável do processo de produção de risco, uma vez que uma das principais consequências do desenvolvimento científico industrial é a exposição da humanidade a risco de inúmeras formas de contaminação nunca observada anteriormente, que ameaçam os habitantes do planeta e o meio ambiente”²⁹

²⁷ BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a modernidade. São Paulo. Editora 34, 2010, p. 15-16.

²⁸ SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Direito Ambiental Empresarial: Relação jurídica da empresa com o meio ambiente. São Paulo. Editora Rumo Legal, 2017, p. 237.

²⁹ DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de Risco e responsabilidade socioambiental: Perspectivas para a educação corporativa. São Paulo. Editora Senac, 2003, p.35.

Desta forma, observa-se que a atividade empresarial por sua mera existência é notadamente perigosa, criando um risco para a sociedade. Em tempos anteriores, os riscos eram decorrentes de fenômenos naturais, porém o risco aqui discutido é devido ao próprio comportamento do homem como mandante da atividade empresarial.

O artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho admite em seu conceito a ideia do risco, vejamos: *“Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço”*³⁰

Assim podemos interpretar que onde há atividade empresarial há risco, *“Havendo empresa, ela só é tal porque nela há risco; risco de dano notável ou perda de algo importante”*³¹

Outrossim, a legislação reconhece o risco como fundamento da indenização. Nesse mesmo sentido, o Código Civil deixa claro em seu artigo 927 expressamente a reparação do dano em face do risco criado (parágrafo único).

*Parágrafo único: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente da culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para o direito de outrem”*³².

O risco inerente à atividade empresarial gera a responsabilidade objetiva do agente poluidor em diversas esferas, como por exemplo, administrativa, penal e civil. Todavia, o presente estudo abordará somente a responsabilidade no âmbito civil, conforme se veremos ao longo do presente.

³⁰ BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Decreto-Lei n.º 5.452/ 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De15452compilado.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

³¹ ROMANO, Cristiano. Empresa é risco. São Paulo. Editora Malheiros, 2007, p. 94.

³² CÓDIGO CIVIL, 2002.

5. Teoria do risco integral x risco criando

5.1

A teoria do risco integral

Nesse íterim, cabe destaque duas teorias ligadas a responsabilidade objetiva sendo, primeira, teoria do risco criado e, segunda, teoria do risco integral.

A teoria do risco integral, tem como clara característica a exploração da atividade econômica, que neste caso se coloca como garantidora da preservação e dos donos decorrentes de sua função.

Desta forma, descabida a invocação, pelo responsável do dano, de excludente de responsabilidade civil, além de ser irrelevante a discussão acerca da ausência de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiros ou pela ocorrência de força maior (caso fortuito).

Seguimos com o ensinamento de Nelson Nery Junior:

“A indenização é devida independentemente de culpa e, mais ainda, pela simples razão de existira atividade da qual adveio o prejuízo: o titular da atividade assume todos os riscos dela oriundos. Dessa forma, não se operam, como coisas excludentes de responsabilidade, o caso fortuito ou força maior. Ainda que a indústria tenha tomado todas as precauções para evitar acidentes danosos ao meio ambiente, se, por exemplo, explode um reator controlador da emissão de agentes químicos poluidores (caso fortuito), subsiste o dever de indenizar. Do mesmo modo, se por um fato da natureza ocorrer o derramamento de substâncias tóxica existente no depósito de uma indústria (força maior), pelo simples fato de existir a atividade há o dever de indenizar”³³

A indenização por base na teoria do risco integral ocorre por mero ato lícito ou fato jurídico, não havendo a possibilidade de direito de regresso. Nesse contexto qualquer fato que causa o dano, culposos ou não, ilícito ou não, deve impor ao agente a obrigação de reparar o dano.

³³ NERY JUNIOR, Nelson (Org.); ANDRADE NERY, Rosa Maria (Org.). Responsabilidade Civil: Direito Ambiental. 1. ed. v. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 576

Em síntese, a existência da atividade econômica é equiparada a causa do dano.

Como exemplo, podemos citar os problemas que ocorrem decorrentes da construção do porto de Açú, em São João da Barra (RJ). De acordo com estudo da Universidade Estadual do Norte Fluminense, a construção de tal porto (atividade lícita) está provocando a salinidade da água doce utilizada pelos agricultores da região, o que pode iniciar um processo de desertificação na região³⁴

Nesse caso não se discute a legalidade ou a licitude da atividade, mas, sim, a sua lesividade ao ambiente. A licitude daquela atividade é decorrente da licença ambiental para construção do porto, porém não libera o empreendedor ou a sociedade econômica responsável pelo projeto de reparar o dano causado ao ambiente³⁵.

O empreendedor assumiu o risco de seu negócio e não poderá invocar qualquer excludente de ilicitude.

Nelson Nery Junior, diz que:

"ainda que haja autorização da autoridade competente, ainda que a emissão esteja dentro dos padrões estabelecidos pelas normas de segurança, ainda que a indústria tenha tomado todos os cuidados para evitar o dano, se ele ocorreu em virtude da atividade do poluidor, há o nexo causal que faz nascer o dever de indenizar"³⁶

É a modalidade mais extremada do risco, e, por isso, como afirma Caio Mário, é uma teoria sujeita a críticas, justamente por ser tão extremada e porque *"trata-se de uma tese puramente negativista. Não cogita de indagar como ou por que ocorreu o dano. É suficiente apurar se houve o dano, vinculado a um fato qualquer, para assegurar à vítima uma indenização"*³⁷

Nota-se que a atividade geradora do dano é lícita, contudo é passível de causar danos a outrem. Dessa forma, aquele que exerce tal atividade tem o dever de ressarcir o dano, bastando, como já foi dito, a mera existência da atividade.

³⁴ NOGUEIRA, Italo. Folha de S. Paulo (impresso), mercado, página B7, 18 de dezembro de 2012.

³⁵ http://www.lex.com.br/doutrina_24857023_AS_TEORIAS_DO_RISCO_NA_RESPONSABILIDADE_CIVIL_AMBIENTAL.aspx Acesso em 29 de janeiro de 2019.

³⁶ NERY Jr. Nelson. Responsabilidade civil por dano ecológico e a ação civil pública. In: Revista Justitia, n. 126, São Paulo, jul./set. 1984, p. 175

³⁷ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. p. 28

5.2

Teoria do Risco Criado

A teoria do risco criado é aquela que impõe o dever de reparação do dano ao autor, em razão de sua profissão ou atividade (desde que seja lícita e perigosa), que é potencialmente geradora de risco ³⁸, para si ou para outrem.

De acordo com Karina Marcos Bedran e Elizabeth Mayer, a Teoria do Risco Criado se fundamenta na *“caracterização da sociedade de risco contemporânea, onde as atividades desenvolvidas, tanto as perigosas como uma atividade qualquer, podem levar à responsabilização caso causem danos”*³⁹

Do mesmo modo, Rui Stoco descreve que:

A teoria do risco criado é aquela na qual o agente responde em razão do risco ou perigo que a atividade exercida apresenta, ou seja, aquela que, em razão de sua atividade ou profissão cria um perigo ou expõe alguém ao risco de dano. Nesta teoria a responsabilidade não está conectada a um proveito ou lucro, mas apenas à consequência da atividade em geral, de sorte que a ideia do risco pessoa a conectar-se a qualquer atividade humana que seja potencialmente danosa para outros, como na previsão do artigo 927 do CC/02⁴⁰.

De acordo com Caio Mário, "aumenta os encargos do agente; é, porém, mais equitativa para a vítima, que não tem de provar que o dano resultou de uma vantagem ou de um benefício obtido pelo causador do dano"⁴¹

Essa modalidade de Risco, ao contrário da Teoria do Risco Integral, permite a exclusão do dever de indenizar, quando constatado o caso fortuito, a força maior, o fato de terceiro e a culpa exclusiva da vítima.

³⁸ Sílvio de Salvo Venosa, em relação ao risco ou perigo, como denomina, completa: *"esse, aliás, deve ser o denominador para o juiz definir a atividade de risco no caso concreto, segundo o art. 927, parágrafo único, qual seja, a criação de um perigo para terceiros em geral"* (Direito civil: responsabilidade civil. Vol. 4. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 17)

³⁹ BEDRAN, Karina Marcos; MAYER, Elizabeth. A Responsabilidade Civil por dano ambiental no direito brasileiro: Teoria do Risco Criado versus Teoria do Risco Integral. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 10. n. 19. p. 45-88. jan./jun. 2013.

⁴⁰ STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil: Doutrina e jurisprudência. 7. ed. ver. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 161.

⁴¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. p. 285.

5.2.1

Excludente de ilicitude

Entende-se por excludentes de responsabilidade civil aquelas ocasiões em que a obrigação de reparar fica afastada pela lei ou demais fatores, sejam de ordem pública ou voluntária. São as causas em que, se ocorridas, excluem ou atenuam a responsabilidade civil pelo dano causado.

Patrícia Foga Iglecias Lemos, descreve os princípios básicos das excludentes de responsabilidade:

“São princípios básicos: a necessidade de previsão legal da excludente, a necessidade de prova no caso concreto e a elisão, para o imputado, da realização do efeito da responsabilidade, como ensina Carlos Alberto Bittar. Nestes casos, o agente fica liberado de ressarcir a vítima”⁴².

A autora ainda pondera a seguinte questão a respeito do tema:

“O Código Civil brasileiro, como a maioria dos Códigos, prevê como excludentes, expressamente, o caso fortuito e a força maior, ressaltando, na caracterização do ilícito, os casos de legítima defesa, exercício regular de um direito e a deterioração ou destruição de coisa alheia para afastar perigo iminente, conforme determina o artigo 188 e parágrafo único. De acordo com o artigo 929, se o dono da coisa deteriorada ou destruída é culpado, afasta-se a ideia de indenização e ele arca com as consequências de sua culpa”⁴³

A título de exemplo, podemos citar como caso fortuito, ação humana (guerra), como força maior, ação movida pela natureza (forte chuva) e culpa exclusiva da vítima e de terceiro (onde o dano ocorre por culpa exclusiva do lesado, sendo que o dano não teria ocorrido se o terceiro não estivesse envolvido).

⁴² LEMOS, Patrícia Foga Iglecias. *Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente*. 3. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 133.

⁴³ *Ibidem*

5.3

Do posicionamento dominante

Conforme já comentado neste estudo, a teoria utilizada em ações de dano ambiental é a teoria do risco integral, mas porque utilizar a forma mais conservadora como base de reparação?

Acontece, que as atividades exercidas pelas sociedades empresárias sempre possuirão algum fator de risco, independente da função exercida pela mesma, de uma forma ou outra, afetarão o ambiente.

Portanto, exige-se a reparação integral e independente de culpa pelo agente poluidor devidos os benefícios arrecadados quanto o exercício daquela atividade. O art. 14 §1º da Lei 6938/81 não abre margem para dúvidas, como já ponderado no presente.

Atrelado a tal questão, o Princípio do poluidor-pagador, baseado no artigo 225 da Constituição Federal⁴⁴, destaca que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, logo as atividades que causarem qualquer tipo de lesão deverão ser reparadas.

As consequências desse entendimento radical, conforme anota Cristina Derani “ *um maior cuidado em relação ao potencial poluidor da produção, na busca de uma satisfatória qualidade do meio ambiente*”⁴⁵

Já Celso Antonio Pacheco Fiorillo, observa dois meios de alcance: “a) *busca evitar a ocorrência de danos ambientais (caráter preventivo); e b) ocorrido o dano, visa sua reparação (caráter repressivo)*”⁴⁶.

Ainda cabe ressaltar que o princípio do poluidor-pagador aparece na declaração do Rio/92, nos princípios 13 e 16, vejamos:

“Princípio 13 - Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade de indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais. Os Estados devem ainda cooperar de forma expedita e determinada

⁴⁴ BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 16 de novembro de 2018

⁴⁵ DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo, editora Saraiva. 2007, p.142.

⁴⁶ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil. São Paulo, editora Saraiva. 2000, p. 28.

para o desenvolvimento de normas de direito internacional ambiental relativas à responsabilidade e indenização por efeitos adversos de danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle.

Princípio 16 - Tendo em vista que o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo decorrente da poluição, as autoridades nacionais devem procurar promover a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, levando na devida conta o interesse público, sem distorcer o comércio e os investimentos internacionais⁴⁷.

Nesse sentido, para melhor ilustrar esse posicionamento dominante, apresenta-se um julgado do Superior Tribunal de Justiça:

“CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROMPIMENTO DE BARRAGEM. "MAR DE LAMA" QUE INVADIU AS RESIDÊNCIAS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DANO MORAL IN RE IPSA. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO ART. 397 DO CPC. INOCORRÊNCIA. 1. Inexiste violação do art. 535 do Código de Processo Civil se todas as questões jurídicas relevantes para a solução da controvérsia são apreciadas, de forma fundamentada, sobrevindo, porém, conclusão em sentido contrário ao almejado pela parte. 2. O fundamento do acórdão estadual de que a ré teve ciência dos documentos juntados em audiência, deixando, contudo, de impugná-los a tempo e modo e de manejar eventual agravo retido (sendo atingido, portanto, pela preclusão), bem como o fato de ter considerado os documentos totalmente dispensáveis para a solução da lide, não foi combatido no recurso especial, permanecendo incólume o aresto nesse ponto. Incidência da Súmula 283/STF. 3. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que, nos danos ambientais, incide a teoria do risco integral, advindo daí o caráter objetivo da responsabilidade, com expressa previsão constitucional (art. 225, § 3º, da CF) e legal (art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981), sendo, por conseguinte, descabida a alegação de excludentes de responsabilidade, bastando, para tanto, a ocorrência de resultado prejudicial ao homem e ao ambiente advinda de uma ação ou omissão do responsável. 4. A premissa firmada pela Corte de origem, de existência de relação de causa e efeito entre o rompimento da barragem - com o vazamento de 2 bilhões de litros de dejetos de bauxita e o transbordamento do Rio Muriaé -, e o resultado danoso sofrido pela recorrida com a inundação de sua casa pela lama, é inafastável sem o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial. Aplicação da Súmula 7/STJ. 5. Na hipótese, a autora, idosa de 81 anos, vendo o esforço de uma vida sendo destruído pela invasão de sua morada por dejetos de lama e água decorrentes do rompimento da barragem, tendo que deixar a sua morada às pressas, afetada pelo medo e sofrimento de não mais poder retornar (diante da iminência de novo evento similar), e pela angústia de nada poder fazer, teve ofendida sua dignidade, acarretando abalo em sua esfera moral. 6. A admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, exige a indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência

⁴⁷ Declaração Do Rio De Janeiro Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm> Acesso em 30 de outubro de 2018.

jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ). 7. Recurso especial a que se nega provimento”⁴⁸

A importância deste entendimento não é apenas fazer o poluidor pagar pelos danos, mas se conscientizar para evitar essa poluição.

Presente o nexo de causalidade como fator decisivo, aquele que explora atividade econômica se coloca à disposição como garantidor da prestação ambiental, os danos que dizem respeito a atividade sempre estarão vinculados a ela. Por tal motivo, descabe invocar qualquer excludente.

⁴⁸ RECURSO ESPECIAL, 1374342/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgamento 10/09/2013. Dje 25/09/2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201201796436&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 13 de novembro de 2018.

6. Da solidariedade

O poluidor ambiental muitas das vezes não atua sozinho, principalmente se o agente se tratar de uma sociedade empresária, seja ela de qualquer natureza ou atividade.

Conforme já ventilado no presente estudo, a sanção aplicada ao agente poluidor vai muito além de medida punitiva e busca atuar como meio de conscientização para evitar eventuais danos. Portanto, o dano, geralmente, não é limitado a figura daquele que de fato praticou o ato.

A título de exemplo, temos uma sociedade empresária denominada “A” (responsável pelo desenvolvimento da atividade fim), seja de médio ou grande porte, que atua em parceria com outras sociedades (responsáveis pela atividade meio). Um dos distribuidores atuou em desacordo com a Lei do Desmatamento⁴⁹ e, por conseguinte, será responsável pelo reparo do dano.

Acontece, que a sociedade empresária “A”, mesmo sem ter conhecimento do ato ilícito praticado por um dos seus distribuidores, também responderá pelo dano ocasionado ao meio ambiente de forma solidaria, haja vista que entre as sociedades há vínculo, ora um nexo de causalidade entre a conduta ou atividade e o dano.

Em palavras curtas, podemos compreender que a responsabilidade incida sobre todos aquelas que direta ou indiretamente contribuíram para uma degradação ambiental.

Tal solidariedade se dará mesmo que não tenha havido prévio ajuste entre os poluidores (sociedades empresárias), é o que podemos extrair do art. 942, caput, do Código Civil vigente, a qual prescreve que a solidariedade pela reparação do dano atinge a todos, independentemente de ação conjunta.

⁴⁹ BRASIL, LEI 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm Acesso em 01 de novembro de 2018.

Desta forma, confirmado a solidariedade entre os poluidores (nexo), cada poluidor é obrigado pelo todo e, portanto, o titular do direito poderá demandar contra bem entender, seja em face do grupo ou apenas contra aquele que possui melhor condição econômica.

A grande questão em destaque é saber caracterizar o poluidor indireto para agrupá-lo ao rol dos responsáveis solidários.

Nesse sentido, destaque-se excerto de ementa do Superior Tribunal de Justiça-STJ:

“(...) 13. Para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer[2], quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quando outros fazem. 14. Constatado o nexo causal entre a ação e a omissão das recorrentes com o dano ambiental em questão, surge, objetivamente, o dever de promover a recuperação da área afetada e indenizar eventuais danos remanescentes, na forma do art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81. (...)” (grifou-se)⁵⁰

Como consequência dessa responsabilidade solidária, não há obrigatoriedade de todos os agentes poluidores integrarem a lide numa ação de reparação do dano ambiental, conforme já comentado, podendo dispensar a formação de litisconsórcio.

Nesse sentido vejamos ementa do Superior Tribunal de Justiça, em decisão de maio de 2010:

“(...) 2. Preliminar levantada pelo MPF em seu parecer - nulidade da sentença em razão da necessidade de integração da lide pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, extinto órgão federal, ou por quem lhe faça as vezes -, rejeitada, pois é pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, mesmo na existência de múltiplos agentes poluidores, não existe obrigatoriedade na formação do litisconsórcio, uma vez que a responsabilidade entre eles é solidária pela reparação integral do dano ambiental (possibilidade de demandar de qualquer um deles, isoladamente ou em conjunto, pelo todo). Precedente. 3. Também é remansosa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pela impossibilidade de que qualquer dos envolvidos alegue, como forma de se isentar do dever de reparação, a não-contribuição direta e própria para o dano ambiental, considerando justamente que a

⁵⁰ RECURSO ESPECIAL, 650728/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 23/10/2007, DJe 02/12/2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200302217860&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> . Acesso em 01 de novembro de 2018

degradação ambiental impõe, entre aqueles que para ela concorrem, a solidariedade da reparação integral do dano. (...)” (grifou-se) ⁵¹

Vale trazer à baila ou julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, que elucida mais uma vez a questão do litisconsórcio passivo, quando vários agentes concorrem para o cometimento de um dano ambiental:

“(…) 2. Na hipótese examinada, não há falar em litisconsórcio passivo necessário, e, conseqüentemente, em nulidade do processo, mas tão-somente em litisconsórcio facultativo, pois os oleiros que exercem atividades na área degradada, embora, em princípio, também possam ser considerados poluidores, não devem figurar, obrigatoriamente, no pólo passivo na referida ação. Tal consideração decorre da análise do inciso IV do art. 3º da Lei 6.938/81, que considera “poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”. Assim, a ação civil pública por dano causado ao meio ambiente pode ser proposta contra o responsável direto ou indireto, ou contra ambos, em face da responsabilidade solidária pelo dano ambiental.

3. Sobre o tema, a lição de Hugo Nigro Mazzilli (“A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo”, 19ª ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 148), ao afirmar que, “quando presente a responsabilidade solidária, podem os litisconsortes ser acionados em litisconsórcio facultativo (CPC, art. 46, I); não se trata, pois, de litisconsórcio necessário (CPC, art. 47), de forma que não se exige que o autor da ação civil pública acione a todos os responsáveis, ainda que o pudesse fazer”

4. Nesse sentido, os precedentes desta Corte Superior: REsp 1.060.653/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 20.10.2008; REsp 884.150/MT, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 7.8.2008; REsp 604.725/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 22.8.2005. (...). (grifou-se)⁵²

Cumpre destacar a lição de Jeanne da Silva Machado:

“Nesse ponto, cumpre observar que a solidariedade que se impõe, originada da legislação civil, pouco socorro traz às questões relacionadas ao Direito ambiental, cujo espectro no contexto social das relações modernas é de difusão de credores, de devedores e de fontes, cuja relação causal é complexa e distribuída.

Na responsabilidade por dano ambiental, não se perquire a culpa, pois o dano provocado não permite a liberação da sua reparação; o meio ambiente, uma vez degradado, permanecerá prejudicando injustamente a vida presente e,

⁵¹ RECURSO ESPECIAL, 880160/RJ, Rel Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Julgado em 04/10/2010. DJe 27/05/2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200601828667&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 01 de novembro de 2018

⁵² RECURSO ESPECIAL 771619/PR, Rel. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/02/2009. DJe 11/02/2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200501284577&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 01 de novembro de 2018.

principalmente, a vida futura, sendo indispensável encontrar soluções atuais e adequadas para promover a justiça e a equidade.”⁵³

⁵³ MACHADO, Jeanne da Silva, A Solidariedade na Responsabilidade Ambiental, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006. pg. 108

7. Da desconsideração da personalidade jurídica

Como é de conhecimento o registro da sociedade empresária lhe garante uma personalidade jurídica própria, totalmente distinta de seus sócios e que possui autonomia patrimonial exclusiva.

Contudo a personificação da empresa, muitas das vezes, tende a dificultar a não satisfação dos créditos pelos credores, pois costuma blindar os sócios, que por sua vez, se escondem atrás de uma pessoa jurídica insolvente.

Por conta desta artimanha, teorias foram criadas para minimizar e mitigar os efeitos da personificação pela desconsideração da personalidade jurídica.

Todavia, importante frisar que a desconsideração da personalidade jurídica é incapaz de extinguir ou promover a dissolução da pessoa jurídica. O intuito é atuar de forma momentânea para solucionar determinada demanda não suportada pela sociedade empresária.

A desconsideração está ligada ao afastamento de responsabilidade por uma determinada obrigação. A sociedade continuará a existir e a responder por todas as outras atribuições.

Veja o entendimento de Fábio Ulhoa Coelho:

“pela teoria da desconsideração, o juiz pode deixar de aplicar as regras de separação de patrimonial entre sociedade e sócio, ignorando a existência da pessoa jurídica num caso concreto porque é necessário coibir a fraude perpetrada graças à manipulação de tais regras. Não seria possível a coibição se respeitada a autonomia da sociedade. Note-se, a decisão judicial que desconsidera a personalidade jurídica da sociedade não desfaz o seu ato constitutivo, não o invalida, nem importa a sua dissolução. Quer dizer, a constituição da personalidade jurídica não produz efeitos apenas no caso em julgamento, permanecendo válida e inteiramente eficaz para todos os outros fins.”⁵⁴

Além disso, existe o princípio de preservação da empresa que tem como objetivo principal proteger a atividade empresarial. Nesse contexto, não se busca a proteção no interesse do empresário, mas acima de tudo, no interesse da sociedade.

⁵⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo, Saraiva, 2003, vol.2, p. 40.

Desta forma, jamais a desconsideração da personalidade jurídica deverá ser interpretada como ato atentatório a “vida” da sociedade empresária, contudo como uma medida para sua preservação.

Em resumo, o que se busca com a desconsideração é apenas atingir o patrimônio pessoal dos sócios da pessoa jurídica, como forma de assegurar o adimplemento por ela contraída já que a sociedade empresária não possuiu recursos financeiros para cumprir com a determinada obrigação.

7.1

Desconsideração - teoria maior e teoria menor

Duas teorias foram criadas para tratar da desconsideração da personalidade jurídica, a primeira, denominada teoria maior e, a segunda, teoria menor.

A teoria maior da desconsideração, segundo Fernando Augusto de Vita Borges de Sales, “*condiciona a superação momentânea da separação patrimonial apenas se houver ocorrência caracterizada de fraude ou abuso na utilização da personalidade jurídica, cuja prova é ônus do credor*”⁵⁵

Esta regra é adotada de maneira geral pelo nosso sistema jurídico brasileiro, a qual podemos observar, de forma expressa, no art. 50 do Código Civil.

“Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.”⁵⁶

⁵⁵ SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Direito Ambiental Empresarial: Relação jurídica da empresa com o meio ambiente. São Paulo. Editora Rumo Legal, 2017, p. 406.

⁵⁶ BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

Aliado a tal entendimento, a desconsideração da personalidade jurídica já estava presente no art. 18 da Lei Antitruste (Lei nº 8.884/94) antes da alteração do Código Civil atual (2002).⁵⁷

Atualmente a Lei 8.884/94 encontra-se revogada pela Lei da defesa da concorrência (Lei nº 12.529/2011) que também contempla a teoria da desconsideração, vejamos:

Art. 34. A personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica poderá ser desconsiderada quando houver da parte deste abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.⁵⁸

Arelado a existência da fraude, cumulativamente, o credor deverá provar a insolvência da pessoa jurídica com a demonstração do desvio de finalidade **ou** de confusão patrimonial. Reunido todos esses requisitos a desconsideração da personalidade jurídica será baseada na teoria maior.

Para reforçar tal questão, nos dizeres de Fábio Ulhoa Coelho:

“deve-se presumir a fraude na manipulação da autonomia patrimonial da pessoa jurídica se demonstrada confusão entre os patrimônios dela e de um ou mais de seus integrantes, mas não se deve deixar de desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, somente porque o demandado demonstrou ser inexistente qualquer tipo de confusão patrimonial, se caracterizada, por outro modo a fraude”⁵⁹

Já a teoria menor é utilizada de forma excepcional e possui uma natureza bem mais simples do que a teoria maior.

A intenção da teoria menor é a desconsideração da personalidade jurídica sempre que um determinado crédito não for satisfeito.

Esta teoria é acolhida em causas, por exemplo, de direito ambiental e poderá ser aplicada com a mera comprovação da insolvência da sociedade empresarial, independentemente do desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

Fernando Augusto de Vita Borges de Sales, assevera:

“Para tal teoria, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser repassado para o terceiro que contratou com a pessoa jurídica, devendo ser pelos sócios ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta

⁵⁷ BRASIL, Lei Antitruste. Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Foi revogada pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A menção ao texto revogado se dá para fins históricos.

⁵⁸ BRASIL, Defesa da Concorrência. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm#art127 Acesso em 15 de novembro de 2018.

⁵⁹ COELHO, Fábio Ulhoa Curso de direito comercial. São Paulo, Saraiva, 2003, vol.2, p. 44.

administrativa correta, ou seja, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte destes”⁶⁰

Pode-se dizer que os contornos da teoria menor foram delineados pelo STJ em meados de 2004 da seguinte forma:

“(…) A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial. Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. A aplicação da teoria menor da desconsideração às relações de consumo está calcada na exegese autônoma do § 5º do art. 28, do CDC, porquanto a incidência deste dispositivo não se subordina à demonstração dos requisitos previstos no caput do artigo indicado, mas apenas à prova de causar, a mera existência da pessoa jurídica, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores”⁶¹

Em outros termos, se a sociedade não possui patrimônio, mas o sócio é solvente, isto basta para responsabilizá-lo por obrigações da empresa.

Desta forma, devemos levar em consideração a regra geral, teoria maior, como fundamento para desconsideração da personalidade jurídica quando não houver previsão legal para sua aplicação. A teoria menor somente poderá ser aplicada em casos expressos na lei.

Ainda neste contexto, para finalizar, vale a pena frisar Fabio Ulhoa Coelho:

“não se deve esquecer das hipóteses em que a desconsideração da autonomia da pessoa jurídica prescinde da ocorrência da fraude ou de abuso de direito. Somente diante do texto expresso da lei poderá o juiz ignorar a autonomia da pessoa jurídica sem indagar da sua utilização como fraude ou abuso de direito”⁶²

⁶⁰ SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Direito Ambiental Empresarial: Relação jurídica da empresa com o meio ambiente. São Paulo. Editora Rumo Legal, 2017, p. 407

⁶¹ RECURSO ESPECIAL, 279273/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, julgamento 29/03/2004. Dje 29/03/2004. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200000971847&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 16 de novembro de 2018.

⁶² COELHO, Fábio Ulhoa. Desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1989, p. 63.

7.2

Desconsideração da personalidade jurídica no direito ambiental.

Conforme tecido em linhas anteriores, a responsabilidade do poluidor pelos danos ambientais é total, pautada de forma objetiva pela influência da teoria do risco integral e aplicada solidariamente entre os envolvidos.

Portanto, não é crível admitir que o fenômeno da personificação possa constituir algum tipo de empecilho à responsabilização e à reparação do dano.

Desta forma, a teoria da desconsideração é amplamente aceita no direito ambiental e encontra-se expressamente admitida na Lei de Crimes Ambientais, vejamos:

“Art. 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.”⁶³

Pela transcrição do artigo supra, percebemos claramente que a intenção do legislador foi ampliar ao máximo a responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente. A teoria menor, utilizada nos casos de danos ambiental, desconsidera a personalidade jurídica quando esta for um obstáculo para reparação do ato ilícito.

Fernando Augusto de Vita Borges de Sales, aduz:

“Com efeito, se tratando de danos ambientais, a sua reparação deve ser a mais ampla possível, devendo, ainda, se plenamente efetivada, como forma de desestimular a repetição. Por conta disso, não podem os efeitos da personificação constituir entraves a essa plena reparação”⁶⁴

Nesta obrigação, reparo ao meio ambiente, não se indagará a postura dos sócios ou administradores sobre ocorrência de fraude ou desvio de finalidade, como ocorre, por exemplo, no art. 50 do Código Civil.

Assim, existindo o dano e não havendo meios financeiros para repará-lo, a obrigação será destinada à pessoa do sócio, devido a aplicação da teoria menor para desconsideração da sua personalidade jurídica.

⁶³ BRASIL, Lei de Crime Ambiental, LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm Acesso em 13 de novembro de 2018.

⁶⁴ COELHO, Fábio Ulhoa Curso de direito comercial. São Paulo, Saraiva, 2003, vol.2, p. 413.

Além disso, pouco importa por qual modalidade societária (natureza) a empresa cometedora do ato foi constituída, mesmo se tratado de casos envolvendo sociedade limitada ou sociedade anônima, visto que tal limitação não poderá ser aclamada para impedir o alcance dos sócios.

Percebe-se, portanto, que mesmo existindo previsão legal quanto a limitação da participação dos sócios em determinados tipos societários, se tratando de dano ambiental haverá sempre descon sideração da personalidade jurídica quando a sociedade poluidora não possuir condição econômico-financeira de arcar com o prejuízo.

Conclusão

Como verificado no decorrer do estudo o dano ambiental é material de extrema relevante e merece ser reparado de forma efetiva com o intuito de evitar novos prejuízos.

Em razão da necessidade imediata e integral da reparação do dano, a responsabilidade civil do agente poluidor é considerada objetiva, pautada pela teoria do risco integral, portanto, não é permitindo que a empresa responsável pelo dano ambiental conjure qualquer tipo de excludente de responsabilidade a fim de afastar a obrigação de indenizar.⁶⁵

Atrelado a tal fato, restou esclarecido que a empresa responde de forma solidaria pelo dano causado, seja em parceria com seus fornecedores, seja em conjunto com o responsável fiel (pessoa física) pelo próprio cometimento do ato.

Acontece que em determinados casos a sociedade empresária não possui meios para adimplir suas obrigações ou, em algumas ocasiões, os sócios mascaram a vida saudável da empresa com o intuito de impossibilitar o cumprimento da obrigação.

Esse tipo de atitude é considerada fraude e medidas como, por exemplo, a desconsideração da personalidade jurídica são utilizadas para coibir a atitude dos sócios.

O instituto da desconsideração não se confunde com a despersonalização, já que, ao contrário deste, trata-se de uma medida excepcional de efeito provisório e que não tem o condão de cancelar o registro da sociedade empresária.

Desta forma, a penetração na sociedade com o intuito de atingir os sócios tem como pressuposto a impossibilidade de satisfazer o crédito mediante os ativos financeiros da sociedade, permitindo ao juiz, independentemente da verificação de culpa de qualquer sócio lhes imputar responsabilidade pessoal e ilimitada,

⁶⁵<https://www.conjur.com.br/2018-set-01/ambiente-juridico-breves-consideracoes-responsabilidade-civil-ambiental> Acesso em 06 de fevereiro de 2018

afastando, por conseguinte, qualquer obstáculo ao pagamento dos prejuízos em decorrência do dano.

Ressalta-se ainda que a desconsideração da personalidade jurídica, na esfera ambiental, é pautada pela Teoria menor, isso quer dizer, que não há necessidade de comprovação de abuso da personalidade para sua concretização.

Diante da responsabilidade atribuída ao agente poluidor e a forma executória, podemos compreender que a intenção do legislador é minorar a ocorrência dos danos e servir de exemplo às demais empresas como método preventivo, uma que o prejuízo ao meio ambiente, na grande maioria, não restabelecido a sua forma original.

Nas palavras do Relator Ministro Massami Uyeda, observamos que: “*a desconsideração no direito ambiental incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.*”⁶⁶

Sendo assim, podemos observar que a jurisprudência, em sua grande parte, considera legítimo o ato de desconsideração da personalidade jurídica, sem o preenchimento de todos os requisitos legais, quando se tratar do dano ambiental.

⁶⁶ AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 1.334.813 - SP (2010/0132123-0) Rel MASSAMI UYEDA. Dje 26/10/2010. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17569202/ag-1334813> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

Bibliografia

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v. 1

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 9 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010, p. 3.

BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

RESP 1354536/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgamento 26/03/2014. Dje 05/05/2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201202466478&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 16 de novembro de 2018

BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único / Flávio Tartuce. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. VII.

<https://jus.com.br/artigos/64351/responsabilidade-civil-subjetiva-e-responsabilidade-civil-objetiva>
Acesso em 29 de janeiro de 2019.

<https://jus.com.br/artigos/62363/responsabilidade-civil-subjetiva-e-responsabilidade-civil-objetiva>
Acesso em 29 de janeiro de 2019

BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Responsabilidade Civil: Descumprimento do contrato e Dano Patrimonial. Curitiba: Juruá, 1996.

BRASIL, Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm . Acesso em 13 de novembro de 2018.

STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência. 7 ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 152.

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875 Acesso em 29 de janeiro de 2019.

BRASIL, Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

BRASIL, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a modernidade. São Paulo. Editora 34, 2010, p. 15-16.

SALES, Fernando Augusto de Vita Borges. Direito Ambiental Empresarial: Relação jurídica da empresa com o meio ambiente. São Paulo. Editora Rumo Legal, 2017, p. 237.

DEMAJOROVIC, Jacques. Sociedade de Risco e responsabilidade socioambiental: Perspectivas para a educação corporativa. São Paulo. Editora Senac, 2003, p.35.

BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Decreto-Lei n.º 5.452/ 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm Acesso em 16 de novembro de 2018.

ROMANO, Cristiano. Empresa é risco. São Paulo. Editora Malheiros, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson (Org.); ANDRADE NERY, Rosa Maria (Org.). Responsabilidade Civil: Direito Ambiental. 1. ed. v. 7. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NOGUEIRA, Italo. Folha de S. Paulo (impresso), mercado, página B7, 18 de dezembro de 2012.

NERY Jr. Nelson. Responsabilidade civil por dano ecológico e a ação civil pública. In: Revista Justitia, n. 126, São Paulo, jul./set. 1984.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Responsabilidade civil. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BEDRAN, Karina Marcos; MAYER, Elizabeth. A Responsabilidade Civil por dano ambiental no direito brasileiro: Teoria do Risco Criado versus Teoria do Risco Integral. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 10. n. 19. jan./jun. 2013.

LEMONS, Patrícia Foga Iglecias. Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente. 3. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. São Paulo, editora Saraiva. 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil. São Paulo, editora Saraiva. 2000.

Declaração Do Rio De Janeiro Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm>>. Acesso em 30 de out.2018.

REsp 1374342/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgamento 10/09/2013. Dje 25/09/2013. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201201796436&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 13 de novembro de 2018.

BRASIL, LEI 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm> Acesso em 01 de novembro de 2018.

REsp 650728/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2007, DJe 02/12/2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200302217860&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> . Acesso em 01 de novembro de 2018

RESP 880160/RJ, Rel Mauro Campbell Marques, SEGUNDA TURMA, Julgado em 04/10/2010. DJe 27/05/2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200601828667&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 01 de novembro de 2018

RESP 771619/PR, Rel. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/02/2009. DJe 11/02/2009. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200501284577&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 01 de novembro de 2018.

REsp 279273/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Terceira Turma, julgamento 29/03/2004. DJe 29/03/2004. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200000971847&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea> Acesso em 16 de novembro de 2018.

MACHADO, Jeanne da Silva, A Solidariedade na Responsabilidade Ambiental, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo, Saraiva, 2003, vol.2.

BRASIL, Lei Antitruste. LEI nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Foi revogada pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A menção ao texto revogado se dá para fins históricos.

COELHO, Fábio Ulhoa. Desconsideração da personalidade jurídica. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1989.

BRASIL, Lei de Crime Ambiental, LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm Acesso em 13 de novembro de 2018

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. 6ª Câmara de Direito Público. Agravo de Instrumento nº 139.758-5 - Relator: Vallim Bellocchi – julg., em 13.03.00

GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento 8432505600, Relator (a): Renato Nalini, Comarca: Promissão, Data de registro: 26/03/2009

http://www.lex.com.br/doutrina/24857023_AS_TEORIAS_DO_RISCO_NA_RESPONSABILIDADE_CIVIL_AMBIENTAL.aspx Acesso em 29 de janeiro de 2019.

https://www.conjur.com.br/2018-set-01/ambiente-juridico-breves-consideracoes_responsabilidade-civil-ambiental Acesso em 06 de fevereiro de 2018

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 1.334.813 - SP (2010/0132123-0) Rel MASSAMI UYEDA. DJe 26/10/2010. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17569202/ag-1334813> Acesso em 08 de fevereiro de 2019.